



Evento: XXX Seminário de Iniciação Científica

A POBREZA COMO OBSTÁCULO PARA DESENVOLVIMENTO DE SOCIEDADES JUSTAS ¹

POVERTY AS AN OBSTACLE FOR THE DEVELOPMENT OF JUSTICE SOCIETIES

Vitória Agnoletto², Anna Paula Bagetti Zeifert³

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no Projeto de Pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Anna Paula Bagetti Zeifert, e no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUI.

² Acadêmica do Curso de Direito na UNIJUI. Bolsista PIBIC/UNIJUI do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade” (CNPq). Email: vitoria.agnoletto@sou.unijui.edu.br.

³ Pós-Doutora pelo Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais - UNB/Flacso Brasil. Doutora em Filosofia (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). Coordenadora do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”. E-mail: anna.paula@unijui.edu.br.

INTRODUÇÃO

A pobreza, apesar de comumente associada à ausência de renda e ao viés econômico, possui variadas faces e afeta os indivíduos de diversas maneiras, não se limitando ao ponto de vista tradicional que visualiza a pobreza como um problema apenas econômico. Para demonstrar isto, este estudo buscou apresentar as principais perspectivas da pobreza: a econômica, a social e a política.

A partir disso, utilizando referenciais teóricos da filosofia, economia e sociologia, o que se busca, essencialmente, é demonstrar que a pobreza permeia todas as áreas da vida do indivíduo, afetando sua qualidade de vida, o acesso à oportunidades, ao mercado de trabalho e gerando, conseqüentemente, injustiça social e não efetivação dos direitos humanos.

Conforme demonstrará a pesquisa, a pobreza se demonstra como uma forma extrema de exclusão aos indivíduos nesta condição. Tal exclusão ocorre em todos os setores da sociedade, uma vez que a própria racionalidade social é excludente e preconceituosa.

Conseqüentemente, a pobreza gera impactos variados na vida dos sujeitos, mas o seu aspecto comum é que gera, necessariamente, privação de capacidades, de realização das coisas que se considera importante para a vida de cada indivíduo. É um obstáculo histórico, estrutural e



grave para vislumbrar vidas dignas, efetivação de direitos humanos e a construção de sociedades justas, e é isto que esta pesquisa visa expor através das análises abaixo realizadas.

METODOLOGIA

Através do método de abordagem hipotético-dedutivo, considerando a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e eletrônicos, o estudo busca demonstrar que a pobreza impõe obstáculos para o desenvolvimento de sociedades justas na América Latina, na medida que constitui barreiras históricas e estruturais para o acesso igualitário a espaços sociais, econômicos e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar a pobreza sob a perspectiva econômica, este estudo se centrou na teoria e pesquisa desenvolvida pelo filósofo e economista Sen (2018), que apresenta uma abordagem multidimensional da pobreza, analisando de que forma ela interfere no exercício da liberdade e na dignidade dos indivíduos pobres.

A ideia de pobreza proveniente de órgãos e instituições internacionais e nacionais sempre esteve majoritariamente atrelada à perspectiva econômica, seja pela maior facilidade de visualizar os dados ou pela visão limitada das teorias tradicionais. É através do estudo desenvolvido por Sen (2018) que as organizações ao redor do mundo notaram a necessidade de repensar a pobreza, pois o referido autor demonstra que utilizar dados estritamente econômicos, como o PIB (Produto Interno Bruto) e a renda per capita, limita vislumbrar os verdadeiros impactos da pobreza nas sociedades.

Em outras palavras, a pobreza não é somente econômica, não é visível somente através da análise de dados econômicos, pois é multidimensional e depende do acesso a espaços, bens e serviços, e, em especial, significa privação de liberdade e de capacidades.

Sendo assim, para Sen (2018, p. 110) a pobreza consiste na “privação de capacidades básicas, em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. Ressalta-se, nesse contexto, que a perspectiva adotada pelo referido economista não significa negar a ideia de que a baixa renda causa, gera e influencia na pobreza, pois a falta de recursos, bens, serviços e renda é uma das razões primordiais da privação de capacidades.



Sob o entendimento do referido autor, existem outras influências sobre a pobreza e, conseqüentemente, a privação de capacidades que vão além da baixa renda. Além disto, a baixa renda, neste contexto, é apenas um dos instrumentos de geração de privações, que é variável de acordo as demais condições (sociais, políticas e históricas) impostas aos indivíduos e grupos as quais pertencem (SEN, 2018).

Analisar a pobreza sob a perspectiva social requer um referencial teórico complexo, para isto, esta pesquisa utilizou a obra da filósofa espanhola Cortina (2017). Para a referida, o pobre é aquele que está fora da possibilidade de devolver algo em um mundo baseado em dar e receber. Por isso, parece perder capacidade adaptativa biológica e social, porque são os bem situados que podem ajudar na sobrevivência social e a prosperar.

Esses “sem poderes” podem ser os pobres, os deficientes mentais, os indivíduos “descartáveis”, isto é, em cada esfera da sociedade, são aqueles que não podem devolver os bens e investimentos que na sociedade são trocados, “que pueden ser favores, puestos de trabajo, plazas, dinero, votos, apoyo para ganar unas elecciones, honores y prebendas que satisfacen la vanidad” (CORTINA, 2017, p. 54).

Na sociedade da troca os pobres são aqueles que parecem não poder oferecer nada em troca nas sociedades baseadas no jogo da troca, do intercâmbio, no jogo da reciprocidade que consiste em dar com o poder de receber, seja da pessoa a quem se dá algo, seja receber algo de outra pessoa autorizada a troca (CORTINA, 2017).

Essa é a base das sociedades contratualistas que, por mais que sejam superiores do que o egoísmo, excluem os pobres porque estão submetidas ao princípio da troca, segundo o qual “a quien más tiene más se le dará, y a quien tiene poco hasta lo poco que tiene se le quitará” (CORTINA, 2017, p. 86).

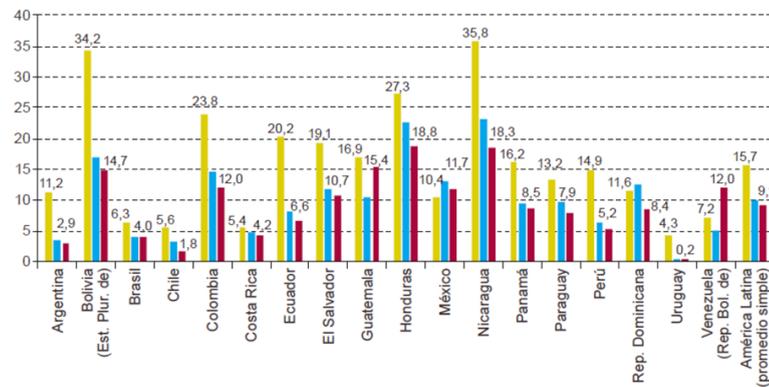
Quanto à pobreza no cenário latino-americano, esta pesquisa optou por concentrar a análise de dados publicados pela CEPAL, considerando que este órgão expõe minuciosamente sua metodologia, a forma de arrecadação de dados, informações e apresenta um panorama complexo e vasto a respeito da pobreza na América Latina.

O principal material utilizado foi o relatório publicado em 2018 pela CEPAL, que apresenta uma série de resultados acerca da pobreza nos países latino-americanos, considerando elementos como renda, acesso a bens, condições de bem-estar e alimentos.



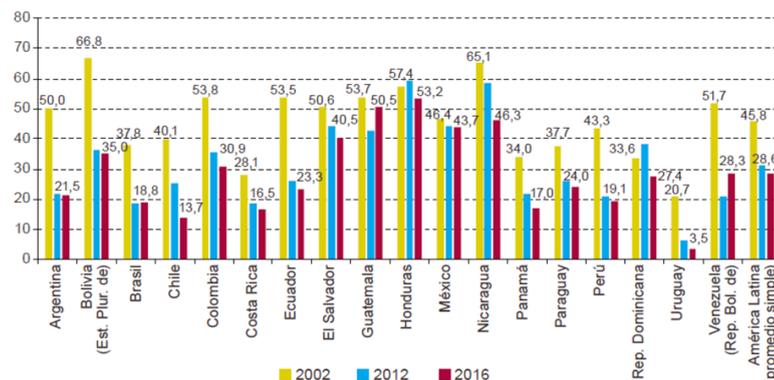
Inicialmente, destaca-se que os dados expostos evidenciam “que la pobreza absoluta en América Latina tiene una incidencia elevada, aunque con una marcada heterogeneidad entre los países” (CEPAL, 2018, p. 80). Esta constatação deriva do seguinte cenário: dentre os dezoito países observados pela CEPAL, aproximadamente 9,1% das populações vivem na extrema pobreza e cerca de 28,6% na pobreza, existindo uma taxa de variação de 1% a 19% da extrema pobreza entre os países e de 4% a 53% da pobreza.

TABELA 1 – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA ENTRE 2002 E 2016 NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA EM PORCENTAGEM



FONTE: CEPAL (2018, p. 81).

TABELA 2 – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA ENTRE 2002 E 2016 NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA EM PORCENTAGEM



FONTE: CEPAL (2018, p. 81).

De acordo com os gráficos acima expostos, a CEPAL (2018) constatou que, em 2016, nos países latino-americanos analisados a renda mensal de uma pessoa na extrema pobreza era de



aproximadamente 65 dólares, e de uma pessoa na pobreza aproximadamente 132 dólares, em centros urbanos. Já nas áreas rurais, a média latino-americana da extrema pobreza era uma renda mensal de 48 dólares por pessoa, e na pobreza 90 dólares mensais por pessoa.

Estes valores não expõem somente a pobreza econômica, mas o poder aquisitivo dos indivíduos, suas condições para consumo, para acessar condições básicas de saúde, bem-estar e alimentação de qualidade, que variam consideravelmente de acordo com a área em que os indivíduos vivem, urbana ou rural (CEPAL, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido sob a prerrogativa de que o tema acerca da pobreza como obstáculo para a justiça social na América Latina possui extrema relevância no contexto político, econômico e social atual.

Assim, esta pesquisa buscou demonstrar o crescimento dos índices de pobreza como obstáculos determinantes para a construção de sociedades justas, o que demonstra que os Estados latino-americanos enfrentam significativas dificuldades para enfrentar tal problema, especialmente devido ao caráter histórico e estrutural da pobreza, permanecendo, até os dias atuais, incapazes de combaterem a pobreza.

Palavras-chave: Justiça Social. América Latina. Pobreza.

AGRADECIMENTOS

À UNIJIÚ (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), fomentadora desta pesquisa através da bolsa de iniciação científica PIBIC/UNIJIÚ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL. **Medición de la pobreza por ingresos:** actualización metodológica y resultados. Santiago: Nações Unidas, 2018.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia:** el rechazo al pobre. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 2017.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Edição Kindle, 2018.